

PLANO DE GOVERNO
DU PEREIRA 27
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
2027 - 2030

RENOVAR PARA DESENVOLVER

Planejamento • Responsabilidade • Oportunidade • Desenvolvimento Regional

Apresentação

O Tocantins é um Estado jovem, de grande extensão territorial e enorme diversidade social, econômica e ambiental. Possui área territorial de aproximadamente 277,4 mil km² e população de 1.511.460 pessoas no Censo de 2022, o que impõe um desafio permanente: fazer os serviços públicos chegarem com qualidade a uma população distribuída por 139 municípios e por extensas áreas rurais.

Ao mesmo tempo, a economia tocantinense demonstra capacidade de expansão. Segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto estadual cresceu 7,9% em 2023. Em 2025, o Novo Caged registrou saldo positivo de 7.416 empregos formais no Estado. O desafio do próximo ciclo é transformar crescimento em renda, serviços públicos eficientes, oportunidades para os jovens, desenvolvimento regional e qualidade de vida.

Este Plano de Governo foi reorganizado para apresentar compromissos executáveis, estruturados em 12 eixos e 150 propostas. A orientação central é simples: governar com metas, responsabilidade fiscal, cooperação municipal, segurança jurídica, transparência e avaliação de resultados.

As propostas que dependam de lei, licenciamento ambiental, estudo de viabilidade, criação de despesa, renúncia de receita, contratação de pessoal, cooperação com a União ou municípios, concessão, PPP ou autorização de outro órgão serão implementadas somente após o cumprimento das exigências constitucionais, fiscais, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

Compromisso com a legalidade

- A Constituição Federal e a Constituição do Estado do Tocantins delimitam competências e instrumentos do Governo Estadual.
- A Lei de Responsabilidade Fiscal exige planejamento para renúncias de receita, novas despesas e equilíbrio das contas públicas.
- A Lei nº 14.133/2021 exige planejamento, impessoalidade, competição e transparência nas contratações públicas.
- O mandato 2027-2030 atravessará a transição da Reforma Tributária, exigindo preparação da administração para o IBS e redução progressiva do ICMS no período definido em lei.
- Em educação, o Estado deverá adequar seu planejamento ao novo Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 15.388/2026.
- O primeiro ano do mandato ainda estará inserido no PPA estadual 2024-2027, alterado em 2026, e exigirá compatibilização das novas prioridades com os instrumentos orçamentários vigentes.

Método de implementação

Os programas prioritários deverão ser convertidos em fichas de gestão contendo problema, objetivo, linha de base, meta anual, meta de mandato, indicador, prazo, responsável, custo estimado, fonte de financiamento, instrumento jurídico e estágio de execução. Isso permitirá que o Plano deixe de ser apenas um documento eleitoral e se transforme em referência para o PPA, a LDO, a LOA e o acompanhamento público do governo.

Sumário Executivo

O Plano está organizado em 12 eixos estruturantes. A opção é concentrar temas relacionados em eixos amplos, mantendo a objetividade de leitura e garantindo visão transversal das políticas públicas.

- 1. Governança, Municipalismo, Transparência e Estado Digital** - 14 propostas
- 2. Educação, Juventude, Ciência e Tecnologia** - 14 propostas
- 3. Saúde e Qualidade de Vida** - 15 propostas
- 4. Segurança Pública, Justiça, Defesa Civil e Proteção** - 12 propostas
- 5. Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Inclusão** - 16 propostas
- 6. Infraestrutura, Logística, Mobilidade e Conectividade** - 14 propostas
- 7. Habitação, Regularização Fundiária, Saneamento e Cidades** - 10 propostas
- 8. Desenvolvimento Econômico, Emprego, Indústria, Tributação e Energia** - 14 propostas
- 9. Agronegócio, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural** - 14 propostas
- 10. Meio Ambiente, Água, Clima e Proteção Animal** - 10 propostas
- 11. Desenvolvimento Regional e Redução das Desigualdades** - 8 propostas
- 12. Cultura, Turismo, Esporte, Comunicação e Economia Criativa** - 9 propostas

Princípios de governo

- Responsabilidade fiscal e orçamentária
- Municipalismo e cooperação federativa
- Regionalização e redução das desigualdades
- Gestão por resultados e evidências
- Transparência e integridade
- Inovação com proteção de dados
- Sustentabilidade e segurança hídrica
- Participação social e respeito às pessoas

Tocantins: Diagnóstico e Direção Estratégica

Território e população

A baixa densidade populacional e a distância entre comunidades e centros regionais aumentam o custo de hospitais, escolas, segurança, saneamento, transporte e conectividade. A resposta não é concentrar ainda mais os serviços, mas organizar redes regionais, fortalecer cidades-polo e apoiar os municípios menores com escala, tecnologia e cooperação.

Economia e trabalho

O crescimento recente mostra que o Tocantins tem força produtiva. O desafio é aumentar a parcela da riqueza que permanece no território: processar grãos, carnes, leite, frutas e pescado; desenvolver logística e armazenagem; ampliar tecnologia; fortalecer pequenos negócios e criar empregos de maior produtividade e remuneração.

Serviços públicos e desigualdade regional

A extensão territorial torna a regionalização indispensável. Saúde especializada, formação técnica, segurança, assistência social, atendimento ao cidadão e infraestrutura precisam seguir critérios de demanda, distância, vulnerabilidade e impacto regional. O local onde a pessoa vive não pode definir a qualidade do serviço público que recebe.

Transição fiscal e planejamento

O mandato 2027-2030 exigirá capacidade de transição. O Governo deverá executar 2027 respeitando o PPA 2024-2027 e, simultaneamente, preparar o próximo ciclo de planejamento. Também será necessário adaptar a administração tributária à transição nacional do ICMS para o IBS, evitando promessas fiscais que desconsiderem a nova arquitetura tributária.

1. Governança, Municipalismo, Transparência e Estado Digital

Construir uma administração pública que planeje, execute, meça resultados e preste contas, com responsabilidade fiscal e cooperação permanente com os 139 municípios.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

001. Governo com Metas

Ação: Converter os compromissos prioritários do Plano em carteira oficial de metas, com responsável, prazo, indicador e acompanhamento trimestral.

Resultado esperado: Mais clareza sobre o que será entregue e correção rápida de atrasos.

Indicador sugerido: Percentual de metas estratégicas com execução no prazo.

Implementação: Decreto de governança, PPA/LDO/LOA e contratos de gestão internos. | **Financiamento:** Tesouro estadual e recursos já alocados ao planejamento.

002. Escritório Estadual de Projetos e Investimentos

Ação: Organizar equipe técnica multidisciplinar para elaborar projetos executivos, modelagens, estudos de viabilidade e apoiar captação de recursos para Estado e pequenos municípios.

Resultado esperado: Mais projetos aptos a receber recursos federais, financiamentos e investimentos privados.

Indicador sugerido: Valor anual de recursos captados e número de projetos estruturados.

Implementação: Reorganização administrativa, cooperação técnica e normas de governança. | **Financiamento:** Tesouro, transferências, bancos públicos e organismos multilaterais.

003. Pacto Tocantins com os Municípios

Ação: Instituir agenda permanente de cooperação técnica com prefeituras em saúde, saneamento, engenharia, regularização, defesa civil, gestão e captação de recursos.

Resultado esperado: Aumento da capacidade administrativa dos municípios de menor porte.

Indicador sugerido: Municípios atendidos e projetos concluídos com apoio estadual.

Implementação: Convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos. | **Financiamento:** Tesouro e transferências voluntárias.

004. Portal Tocantins Transparente 2.0

Ação: Disponibilizar painel com obras, contratos, pagamentos, prazos, metas, indicadores e execução orçamentária em linguagem acessível.

Resultado esperado: Maior controle social e prevenção de desperdícios.

Indicador sugerido: Percentual de obras e programas estratégicos acompanhados em tempo quase real.

Implementação: Lei de Acesso à Informação, dados abertos e normas de transparência. | **Financiamento:** Orçamento de tecnologia e controle interno.

005. Aplicativo Único do Cidadão

Ação: Reunir progressivamente serviços estaduais em ambiente digital integrado ao GOV.BR quando tecnicamente viável.

Resultado esperado: Menos deslocamentos, filas e repetição de documentos.

Indicador sugerido: Serviços digitalizados e usuários ativos.

Implementação: Política de governo digital, assinatura eletrônica e interoperabilidade. | **Financiamento:** ATI, orçamento digital e cooperação federal.

006. Estado sem Burocracia

Ação: Revisar processos administrativos de alto impacto para eliminar etapas redundantes sem reduzir controles essenciais.

Resultado esperado: Redução do tempo de resposta ao cidadão e ao setor produtivo.

Indicador sugerido: Tempo médio dos serviços redesenhados.

Implementação: Revisão normativa, gestão de processos e simplificação administrativa. | **Financiamento:** Recursos de custeio e transformação digital.

007. Política Estadual de Dados e Inteligência Artificial

Ação: Estabelecer regras para uso responsável de dados e IA em saúde, educação, segurança, arrecadação e gestão, sempre com supervisão humana e proteção de dados.

Resultado esperado: Decisões mais rápidas e baseadas em evidências.

Indicador sugerido: Soluções implantadas com avaliação de impacto e governança.

Implementação: LGPD, política de segurança da informação e atos de governança de IA. | **Financiamento:** Orçamento de TI, pesquisa e inovação.

008. Centro Estadual de Cibersegurança

Ação: Organizar capacidade permanente de prevenção, resposta a incidentes, continuidade de serviços e proteção de sistemas críticos.

Resultado esperado: Redução de riscos de indisponibilidade e vazamento de dados.

Indicador sugerido: Tempo de resposta a incidentes e sistemas críticos monitorados.

Implementação: Política estadual de segurança da informação e LGPD. | **Financiamento:** ATI e investimentos em segurança digital.

009. Programa Integridade Tocantins

Ação: Fortalecer gestão de riscos, auditoria, corregedorias, ouvidorias, integridade em contratações e proteção ao denunciante.

Resultado esperado: Prevenção de fraudes, conflitos de interesse e desperdícios.

Indicador sugerido: Órgãos com programa de integridade e riscos tratados.

Implementação: Controladoria, Lei Anticorrupção, Lei 14.133/2021 e normas estaduais. | **Financiamento:** Recursos próprios dos órgãos de controle.

010. Qualidade do Gasto Público

Ação: Criar rotina de revisão de despesas, contratos recorrentes, subsídios e programas para priorizar o que entrega resultado.

Resultado esperado: Mais espaço fiscal para serviços essenciais e investimento.

Indicador sugerido: Economia anual identificada e reinvestida em prioridades.

Implementação: LRF, orçamento por desempenho e avaliações de políticas. | **Financiamento:** Sem necessidade de nova fonte; foco em eficiência.

011. Gestão Fiscal e Previdenciária Responsável

Ação: Acompanhar receitas, despesas, dívida, previdência e riscos fiscais com cenários plurianuais e transparência.

Resultado esperado: Sustentabilidade financeira para executar o Plano ao longo do mandato.

Indicador sugerido: Resultado fiscal, limites da LRF e indicadores previdenciários.

Implementação: LRF, Constituição, PPA, LDO e LOA. | **Financiamento:** Gestão do Tesouro e fundos legalmente vinculados.

012. Valorização dos Servidores

Ação: Planejar concursos conforme déficit real, qualificar equipes, digitalizar processos funcionais, garantir direitos legalmente devidos e melhorar saúde ocupacional.

Resultado esperado: Servidor valorizado e serviços públicos com maior capacidade de entrega.

Indicador sugerido: Tempo de processos funcionais, capacitações e vacâncias críticas.

Implementação: Leis de carreira, responsabilidade fiscal e planejamento de pessoal. | **Financiamento:** Orçamento de pessoal dentro dos limites legais.

013. SERVIR Sustentável e Regionalizado

Ação: Ampliar rede credenciada e qualidade de atendimento do plano dos servidores, preservando equilíbrio financeiro e regras atuariais.

Resultado esperado: Maior acesso à assistência, especialmente no interior.

Indicador sugerido: Cobertura regional, rede credenciada e satisfação dos beneficiários.

Implementação: Legislação do SERVIR e estudos atuariais. | **Financiamento:** Contribuições e fontes previstas no regime.

014. Participação Social e Escuta Regional

Ação: Realizar consultas digitais, audiências regionais, conferências e devolutivas públicas sobre prioridades e execução das políticas.

Resultado esperado: Decisões mais conectadas às necessidades dos territórios.

Indicador sugerido: Participações registradas e propostas incorporadas ao planejamento.

Implementação: Conselhos, conferências e instrumentos de participação previstos em lei. | **Financiamento:** Custeio administrativo e plataformas digitais.

2. Educação, Juventude, Ciência e Tecnologia

Garantir aprendizagem, permanência e preparação para o trabalho e para a cidadania, alinhando a política estadual ao Plano Nacional de Educação aprovado pela Lei nº 15.388/2026.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

015. Tocantins Alfabetiza em Regime de Colaboração

Ação: Fortalecer apoio aos municípios para alfabetização, avaliação e formação de professores, priorizando territórios com piores indicadores.

Resultado esperado: Mais crianças alfabetizadas na idade adequada e menor desigualdade territorial.

Indicador sugerido: Percentual de estudantes alfabetizados e evolução por município.

Implementação: Regime de colaboração, PNE 2026 e plano estadual de educação. | **Financiamento:** Fundeb, recursos vinculados à educação e transferências federais.

016. Recomposição das Aprendizagens

Ação: Implantar programa contínuo de recuperação em Língua Portuguesa, Matemática e competências científicas, com diagnóstico por escola.

Resultado esperado: Redução das defasagens acumuladas e melhoria do desempenho.

Indicador sugerido: Proficiência e percentual de estudantes em nível adequado.

Implementação: Planejamento pedagógico e avaliações estaduais/nacionais. | **Financiamento:** Fundeb e orçamento educacional.

017. Tempo Integral com Propósito

Ação: Expandir educação em tempo integral conforme demanda e capacidade, integrando estudo, esporte, cultura, tecnologia e projeto de vida.

Resultado esperado: Mais permanência, aprendizagem e proteção social.

Indicador sugerido: Matrículas em tempo integral e indicadores de aprendizagem/permanência.

Implementação: PNE, Fundeb e normas do sistema de ensino. | **Financiamento:** Fundeb, FNDE e recursos estaduais.

018. Cinco Polos Estaduais de Formação Técnica

Ação: Estruturar pelo menos cinco polos de educação técnica, com localização definida por estudo das vocações econômicas regionais.

Resultado esperado: Formação profissional conectada às oportunidades reais de emprego.

Indicador sugerido: Matrículas, conclusão e inserção profissional de egressos.

Implementação: Lei de diretrizes da educação e cooperação com IFTO, Unitins e Sistema S. | **Financiamento:** Educação, convênios federais e parcerias.

019. Ensino Médio Profissional e Vocacional

Ação: Ampliar itinerários e cursos técnicos em agronegócio, logística, turismo, tecnologia, saúde, energias renováveis e indústria.

Resultado esperado: Redução do descompasso entre formação e mercado de trabalho.

Indicador sugerido: Vagas técnicas e taxa de ocupação de egressos.

Implementação: Normas nacionais de educação profissional. | **Financiamento:** Fundeb, MEC e parcerias institucionais.

020. Escola Conectada

Ação: Garantir conectividade adequada e manutenção tecnológica nas escolas estaduais, inclusive rurais, indígenas e quilombolas.

Resultado esperado: Acesso mais equilibrado a recursos educacionais digitais.

Indicador sugerido: Percentual de escolas com banda larga compatível e disponibilidade do serviço.

Implementação: Política de conectividade escolar e contratos públicos. | **Financiamento:** Recursos educacionais, programas federais e telecomunicações.

021. Escola do Futuro

Ação: Implantar laboratórios de ciências, robótica, programação, IA e espaços maker de forma gradual e regionalizada.

Resultado esperado: Estudantes mais preparados para novas profissões e inovação.

Indicador sugerido: Escolas equipadas, estudantes participantes e projetos desenvolvidos.

Implementação: Currículo estadual e política de educação digital. | **Financiamento:** Fundeb, FAPT, convênios e parcerias educacionais.

022. Educação Financeira e Empreendedorismo

Ação: Fortalecer conteúdos de educação financeira, cidadania econômica e empreendedorismo no currículo e em projetos escolares.

Resultado esperado: Jovens mais preparados para escolhas financeiras, trabalho e negócios.

Indicador sugerido: Estudantes atendidos e projetos empreendedores escolares.

Implementação: PNE, BNCC/documento curricular e normas estaduais. | **Financiamento:** Orçamento educacional e parcerias sem ônus indevido.

023. Professor que Transforma

Ação: Criar reconhecimento anual de boas práticas com critérios transparentes, múltiplos indicadores e regulamentação prévia.

Resultado esperado: Valorização de equipes que produzem melhoria comprovada, sem ranking simplista.

Indicador sugerido: Práticas certificadas e melhoria de indicadores nas escolas participantes.

Implementação: Lei/regulamento específico, impessoalidade e dotação orçamentária. | **Financiamento:** Recursos educacionais permitidos e premiações legalmente estruturadas.

024. Formação Continuada e Pós-Graduação

Ação: Ampliar parcerias com UFT, UFNT, Unitins e IFTO para formação continuada, mestrado e doutorado voltados a necessidades da rede.

Resultado esperado: Aprimoramento pedagógico e fixação de profissionais qualificados.

Indicador sugerido: Profissionais certificados e formação em áreas críticas.

Implementação: LDB, PNE e legislação de carreira. | **Financiamento:** Educação, Capes e cooperação universitária.

025. Saúde e Bem-Estar da Comunidade Escolar

Ação: Integrar educação, saúde e assistência para prevenção de violência, sofrimento psíquico, bullying, automutilação e adoecimento de profissionais.

Resultado esperado: Ambientes escolares mais seguros e acolhedores.

Indicador sugerido: Atendimentos, protocolos implementados e redução de ocorrências.

Implementação: Leis 14.819/2024 e 13.935/2019. | **Financiamento:** Educação, saúde, assistência e cooperação municipal.

026. Busca Ativa e Alerta de Evasão

Ação: Criar sistema de identificação precoce de faltas e risco de abandono, com atuação conjunta da escola e rede de proteção.

Resultado esperado: Menor evasão e resposta mais rápida às causas de abandono.

Indicador sugerido: Taxa de abandono e estudantes reintegrados.

Implementação: Normas educacionais, proteção de dados e protocolos intersetoriais. | **Financiamento:** Orçamento educacional e assistência social.

027. Juventude Primeiro Passo

Ação: Articular estágio, aprendizagem, qualificação, empreendedorismo e encaminhamento ao emprego com seleção impessoal.

Resultado esperado: Mais jovens iniciando a vida profissional com proteção e qualificação.

Indicador sugerido: Jovens qualificados e inseridos em oportunidades formais.

Implementação: Lei de estágio, aprendizagem profissional e regras de pessoal público. | **Financiamento:** Trabalho, educação e parcerias com setor produtivo.

028. Tocantins para o Mundo

Ação: Oferecer intercâmbios educacionais, científicos e tecnológicos por editais públicos, critérios de mérito e inclusão socioeconômica.

Resultado esperado: Ampliação de repertório e formação de talentos que contribuam com o Estado.

Indicador sugerido: Bolsas concedidas, retorno e projetos de aplicação do conhecimento.

Implementação: Editais, bolsas e cooperação acadêmica internacional. | **Financiamento:** FAPT, educação e acordos de cooperação.

3. Saúde e Qualidade de Vida

Regionalizar a atenção, reduzir filas e fortalecer a rede do SUS, com prioridade para atendimento próximo de onde as pessoas vivem, eficiência da regulação e cuidado integral.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

029. Saúde Perto de Casa

Ação: Organizar carteira de serviços especializados por região de saúde e pactuar expansão progressiva da oferta.

Resultado esperado: Menos deslocamentos para Palmas e maior resolutividade regional.

Indicador sugerido: Procedimentos especializados realizados fora da capital.

Implementação: Pactuação do SUS, Plano Estadual de Saúde e regionalização. | **Financiamento:** SUS, Tesouro e cofinanciamento.

030. Fila Transparente

Ação: Implantar acompanhamento digital das filas de consultas, exames e cirurgias, preservando dados pessoais e critérios clínicos.

Resultado esperado: Mais transparência, previsibilidade e capacidade de gestão da demanda.

Indicador sugerido: Tempo médio de espera por especialidade.

Implementação: LGPD, regulação do SUS e normas de transparência. | **Financiamento:** Orçamento de saúde e TI.

031. Programa Permanente de Redução de Filas

Ação: Combinar capacidade pública, mutirões, hospitais municipais e rede complementar mediante contratação regular e critérios assistenciais.

Resultado esperado: Redução sustentada do passivo de procedimentos.

Indicador sugerido: Quantidade de procedimentos e redução do tempo de espera.

Implementação: Lei 8.080/1990, contratação pública e planejamento assistencial. | **Financiamento:** SUS, Tesouro e contratualização.

032. Cirurgias Eletivas Regionais

Ação: Definir metas anuais de cirurgias por especialidade e região, priorizando maior demanda reprimida.

Resultado esperado: Atendimento mais rápido e redução de sofrimento evitável.

Indicador sugerido: Cirurgias realizadas e fila por especialidade.

Implementação: Programação pactuada e contratos/convênios quando necessários. | **Financiamento:** SUS e recursos estaduais.

033. TeleSaúde Tocantins

Ação: Expandir teleconsultoria, teleconsulta e telemonitoramento em especialidades de alta demanda para municípios distantes.

Resultado esperado: Acesso mais rápido a especialistas e melhor apoio à atenção primária.

Indicador sugerido: Teleatendimentos e encaminhamentos evitados.

Implementação: Regras do SUS, telessaúde, proteção de dados e conselhos profissionais. | **Financiamento:** SUS Digital e orçamento de saúde.

034. Regulação Inteligente

Ação: Integrar sistemas para visualizar vagas, exames, leitos e transporte sanitário, reduzindo perdas e retrabalho.

Resultado esperado: Uso mais eficiente da capacidade instalada.

Indicador sugerido: Taxa de absenteísmo, vagas ociosas e tempo de regulação.

Implementação: Governança de dados de saúde e LGPD. | **Financiamento:** Saúde e tecnologia.

035. Modernização Hospitalar

Ação: Criar plano de renovação de equipamentos, manutenção preventiva e atualização de infraestrutura hospitalar.

Resultado esperado: Menos interrupções de serviço e mais qualidade diagnóstica e cirúrgica.

Indicador sugerido: Equipamentos críticos operacionais e tempo de indisponibilidade.

Implementação: Plano de investimento e contratações públicas. | **Financiamento:** SUS, Tesouro e emendas.

036. Rede Materno-Infantil Segura

Ação: Ampliar pré-natal qualificado, cuidado de alto risco, UTI neonatal/pediátrica e integração das maternidades conforme demanda regional.

Resultado esperado: Redução da mortalidade materna, neonatal e infantil.

Indicador sugerido: Razões de mortalidade e cobertura do pré-natal adequado.

Implementação: Rede de Atenção Materna e Infantil e pactuação SUS. | **Financiamento:** SUS e cofinanciamento estadual.

037. Saúde da Mulher

Ação: Fortalecer rastreamento de câncer, mamografia, saúde sexual e reprodutiva, ginecologia e atendimento às vítimas de violência.

Resultado esperado: Diagnóstico precoce e cuidado integral.

Indicador sugerido: Cobertura de exames e tempo de acesso à especialidade.

Implementação: Políticas nacionais do SUS e rede de proteção. | **Financiamento:** SUS e orçamento estadual.

038. Rede de Saúde Mental

Ação: Expandir leitos adequados, apoio a CAPS, telepsiquiatria e integração com assistência e atenção primária.

Resultado esperado: Mais cuidado territorial e menos crises sem atendimento.

Indicador sugerido: Cobertura de serviços, internações evitáveis e tempo de atendimento.

Implementação: RAPS, SUS e pactuação com municípios. | **Financiamento:** SUS e cofinanciamento.

039. Cuidado em Álcool e Outras Drogas

Ação: Organizar prevenção, tratamento, redução de danos e reinserção social com base em evidências e integração da rede.

Resultado esperado: Resposta mais efetiva às situações de dependência e vulnerabilidade.

Indicador sugerido: Pessoas acompanhadas e continuidade do cuidado.

Implementação: Política sobre drogas, SUS e SUAS. | **Financiamento:** Saúde, assistência e recursos federais.

040. Rede PcD e TEA Regionalizada

Ação: Ampliar reabilitação, diagnóstico e atendimento especializado em polos regionais, articulando saúde, educação e assistência.

Resultado esperado: Menos deslocamentos e apoio contínuo às famílias.

Indicador sugerido: Cobertura regional e tempo de espera para avaliação/terapia.

Implementação: Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e SUS. | **Financiamento:** SUS, Tesouro e parcerias habilitadas.

041. Saúde 60+

Ação: Criar linha estadual de cuidado para envelhecimento saudável, prevenção de quedas, demências, doenças crônicas e cuidado domiciliar.

Resultado esperado: Mais autonomia e redução de internações evitáveis.

Indicador sugerido: Internações por condições sensíveis, quedas e idosos acompanhados.

Implementação: Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e SUS. | **Financiamento:** SUS e orçamento estadual.

042. Tocantins Contra a Obesidade e Doenças Crônicas

Ação: Integrar alimentação saudável, atividade física, rastreamento e acompanhamento multiprofissional.

Resultado esperado: Menor incidência de complicações evitáveis de diabetes, hipertensão e obesidade.

Indicador sugerido: Cobertura de acompanhamento e indicadores de risco.

Implementação: Atenção primária e promoção da saúde. | **Financiamento:** SUS e parcerias intersetoriais.

043. Assistência Farmacêutica Regional

Ação: Aprimorar previsão de demanda, estoques, distribuição e pontos regionais de acesso a medicamentos de responsabilidade estadual.

Resultado esperado: Menos falta de medicamentos e viagens desnecessárias.

Indicador sugerido: Disponibilidade de itens essenciais e tempo de dispensação.

Implementação: Regras da assistência farmacêutica do SUS. | **Financiamento:** SUS e Tesouro.

4. Segurança Pública, Justiça, Defesa Civil e Proteção

Combater a violência com presença, investigação, inteligência, integração, prevenção e valorização das forças de segurança, respeitando direitos e evidências.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

044. Tocantins Seguro

Ação: Estabelecer metas regionais de redução da violência e integrar Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, Bombeiros, perícia e inteligência.

Resultado esperado: Resposta coordenada e foco nos territórios de maior risco.

Indicador sugerido: Taxas de crimes violentos e resolutividade de investigações.

Implementação: Plano Estadual de Segurança Pública e governança integrada. | **Financiamento:** Fundo de segurança, Tesouro e transferências federais.

045. Inteligência Contra o Crime Organizado

Ação: Fortalecer análise de dados e operações integradas contra facções, tráfico, lavagem de dinheiro e roubo de cargas.

Resultado esperado: Aumento da capacidade de desarticulação de organizações criminosas.

Indicador sugerido: Operações integradas, ativos bloqueados e crimes esclarecidos.

Implementação: Legislação de segurança, inteligência e cooperação interinstitucional. | **Financiamento:** Fundos de segurança e Tesouro.

046. Recomposição Planejada dos Efetivos

Ação: Realizar estudos periódicos de déficit e promover concursos quando necessários, observando limites fiscais e formação adequada.

Resultado esperado: Efetivos compatíveis com necessidades regionais e renovação sustentável.

Indicador sugerido: Relação efetivo/demanda e vacâncias críticas.

Implementação: Concurso público, LRF e leis de carreira. | **Financiamento:** Orçamento de pessoal e planejamento fiscal.

047. Saúde e Valorização das Forças

Ação: Implantar programas de saúde mental, prevenção do adoecimento, capacitação e melhoria de condições de trabalho.

Resultado esperado: Mais proteção aos profissionais e menor afastamento evitável.

Indicador sugerido: Afastamentos, cobertura de saúde ocupacional e capacitações.

Implementação: Leis de carreira e políticas de saúde do trabalhador. | **Financiamento:** Orçamento de segurança e saúde do servidor.

048. Videomonitoramento com Governança

Ação: Expandir câmeras e leitura de placas em pontos estratégicos, com critérios de necessidade, proteção de dados e auditoria.

Resultado esperado: Maior capacidade de prevenção e recuperação de veículos.

Indicador sugerido: Veículos recuperados, ocorrências apoiadas e cobertura crítica.

Implementação: LGPD, regras de segurança e contratos tecnológicos. | **Financiamento:** Fundos de segurança e parcerias.

049. Segurança Rural e de Divisas

Ação: Fortalecer patrulhamento, inteligência e operações contra furto de gado, máquinas, cargas e crimes ambientais.

Resultado esperado: Mais segurança ao produtor e às comunidades rurais.

Indicador sugerido: Ocorrências, recuperação de bens e operações em corredores críticos.

Implementação: Planejamento operacional e cooperação federal/interestadual. | **Financiamento:** Segurança pública e convênios.

050. Proteção Integral da Mulher

Ação: Regionalizar atendimento especializado, protocolos de risco e articulação com a rede de acolhimento e Justiça.

Resultado esperado: Resposta mais rápida a violência doméstica, sexual e feminicídio.

Indicador sugerido: Medidas protetivas, reincidência e tempo de atendimento.

Implementação: Lei Maria da Penha e políticas de proteção às mulheres. | **Financiamento:** Segurança, assistência e recursos federais.

051. Proteção da Criança e do Adolescente

Ação: Especializar investigação de violência sexual, exploração, desaparecimento e crimes digitais contra crianças e adolescentes.

Resultado esperado: Maior capacidade investigativa e de proteção.

Indicador sugerido: Casos investigados, tempo de resposta e atendimento protegido.

Implementação: ECA e protocolos do sistema de garantia de direitos. | **Financiamento:** Segurança e fundos de direitos.

052. Proteção da Pessoa Idosa contra Golpes e Violência

Ação: Criar protocolos policiais e campanhas para fraudes financeiras, violência patrimonial, abandono e crimes digitais.

Resultado esperado: Redução da vulnerabilidade de pessoas idosas.

Indicador sugerido: Denúncias atendidas, campanhas e crimes patrimoniais esclarecidos.

Implementação: Estatuto da Pessoa Idosa e política de segurança. | **Financiamento:** Segurança, direitos humanos e parcerias bancárias educativas.

053. Perícia e Polícia Científica Modernas

Ação: Atualizar equipamentos, laboratórios e gestão de criminalística, identificação e medicina legal.

Resultado esperado: Provas mais rápidas e confiáveis para investigação e Justiça.

Indicador sugerido: Tempo médio de laudos e capacidade laboratorial.

Implementação: Planejamento de segurança e contratações públicas. | **Financiamento:** Fundos de segurança e Tesouro.

054. Sistema Penal com Trabalho e Educação

Ação: Expandir educação formal, qualificação, trabalho e acompanhamento de egressos, preservando segurança e direitos.

Resultado esperado: Redução de reincidência e maior reinserção social.

Indicador sugerido: Pessoas privadas de liberdade estudando/trabalhando e reincidência.

Implementação: LEP e políticas penitenciárias. | **Financiamento:** FUNPEN, Tesouro e cooperação.

055. Defesa Civil e Resiliência Climática

Ação: Fortalecer mapeamento de risco, alertas, planos municipais, logística e capacidade de resposta a incêndios, secas e enchentes.

Resultado esperado: Menos perdas humanas e materiais em desastres.

Indicador sugerido: Municípios com planos, tempo de resposta e população coberta por alertas.

Implementação: Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. | **Financiamento:** Defesa civil, transferências e fundos de emergência.

5. Desenvolvimento Social, Direitos Humanos e Inclusão

Organizar uma rede de proteção social capaz de enfrentar vulnerabilidades e, ao mesmo tempo, criar caminhos de autonomia, renda, cuidado e participação.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

056. Pacto Estadual pelo SUAS

Ação: Fortalecer cofinanciamento, apoio técnico, vigilância socioassistencial e integração do Estado com os 139 municípios.

Resultado esperado: Rede socioassistencial mais estável e regionalmente equilibrada.

Indicador sugerido: Municípios cofinanciados, regularidade dos repasses e cobertura de serviços.

Implementação: LOAS, normas do SUAS e legislação estadual. | **Financiamento:** Fundo Estadual de Assistência Social e transferências.

057. Escola do SUAS Tocantins

Ação: Criar programa permanente de formação para trabalhadores, gestores e conselheiros da assistência social.

Resultado esperado: Melhoria da qualidade dos serviços e da gestão municipal.

Indicador sugerido: Profissionais certificados e municípios participantes.

Implementação: Política de educação permanente do SUAS. | **Financiamento:** Assistência social e cooperação acadêmica.

058. Segurança Alimentar Tocantins

Ação: Integrar aquisição de alimentos, bancos de alimentos, cozinhas, restaurantes e ações de primeira infância.

Resultado esperado: Redução da insegurança alimentar e fortalecimento da produção local.

Indicador sugerido: Famílias atendidas e alimentos adquiridos/distribuídos.

Implementação: SISAN, SUAS e compras públicas legais. | **Financiamento:** Fundos sociais, agricultura e transferências.

059. População em Situação de Rua - Porta de Saída

Ação: Articular abordagem, saúde, documentação, acolhimento, moradia transitória, qualificação e reinserção familiar/produtiva.

Resultado esperado: Atendimento humanizado com foco em autonomia e redução da permanência crônica nas ruas.

Indicador sugerido: Pessoas acompanhadas com plano individual e saídas qualificadas.

Implementação: SUAS, SUS e direitos humanos. | **Financiamento:** Assistência, saúde e parcerias municipais.

060. Política Estadual de Cuidados

Ação: Apoiar famílias cuidadoras de pessoas idosas dependentes, PcD e pessoas com limitações funcionais com orientação, descanso do cuidador e serviços regionais.

Resultado esperado: Menos sobrecarga familiar e maior proteção das pessoas dependentes.

Indicador sugerido: Famílias acompanhadas e serviços de apoio ofertados.

Implementação: SUAS, SUS e políticas de cuidados. | **Financiamento:** Assistência, saúde e cofinanciamento.

061. Primeira Infância Tocantins

Ação: Integrar saúde, nutrição, assistência, educação e proteção nos primeiros anos de vida.

Resultado esperado: Melhores condições para desenvolvimento integral e prevenção de vulnerabilidades.

Indicador sugerido: Cobertura de acompanhamento e indicadores de desenvolvimento infantil.

Implementação: Marco Legal da Primeira Infância e políticas setoriais. | **Financiamento:** Saúde, educação, assistência e fundos da infância.

062. Rede de Proteção e Autonomia da Mulher

Ação: Ampliar centros de referência, acolhimento, qualificação, empreendedorismo e integração com segurança e saúde.

Resultado esperado: Proteção mais rápida e maior autonomia econômica.

Indicador sugerido: Mulheres atendidas, inseridas em qualificação e proteção continuada.

Implementação: Políticas para mulheres e Lei Maria da Penha. | **Financiamento:** Assistência, direitos humanos, trabalho e transferências.

063. Tocantins Acessível

Ação: Mapear barreiras em prédios, serviços e comunicação estadual e executar plano plurianual de acessibilidade.

Resultado esperado: Maior autonomia das pessoas com deficiência.

Indicador sugerido: Equipamentos estaduais adequados e serviços acessíveis.

Implementação: Lei Brasileira de Inclusão e normas técnicas. | **Financiamento:** Orçamento de obras, tecnologia e acessibilidade.

064. Rede Estadual TEA

Ação: Articular atendimento à pessoa autista e família entre saúde, educação e assistência, com referência regional e protocolos comuns.

Resultado esperado: Menos fragmentação e maior continuidade do cuidado.

Indicador sugerido: Tempo de avaliação, serviços regionais e planos de atendimento integrados.

Implementação: LBI, legislação do TEA e SUS/SUAS. | **Financiamento:** Saúde, educação e assistência.

065. Centros-Dia Regionais

Ação: Cofinanciar, em parceria com municípios e entidades habilitadas, serviços diurnos para idosos e PcD com dependência.

Resultado esperado: Apoio às famílias e prevenção de institucionalização desnecessária.

Indicador sugerido: Vagas de Centro-Dia e municípios de referência atendidos.

Implementação: Tipificação do SUAS e instrumentos de parceria. | **Financiamento:** Assistência social e cofinanciamento.

066. Tocantins 60+ - Centros de Convivência

Ação: Apoiar rede de convivência com atividade física, cultura, oficinas, orientação social e inclusão digital.

Resultado esperado: Envelhecimento ativo e redução do isolamento social.

Indicador sugerido: Pessoas idosas participantes e atividades regulares por região.

Implementação: Política da pessoa idosa, fundos e cooperação municipal. | **Financiamento:** Fundo do Idoso, assistência e parcerias.

067. Idoso Conectado e Seguro

Ação: Promover educação digital e financeira para prevenção de golpes, fraudes e assédio comercial.

Resultado esperado: Mais autonomia digital e proteção patrimonial.

Indicador sugerido: Pessoas idosas capacitadas e campanhas realizadas.

Implementação: Estatuto da Pessoa Idosa e educação para direitos. | **Financiamento:** Direitos humanos e parcerias institucionais.

068. Guardiões da Memória Tocantinense

Ação: Criar ações intergeracionais em escolas e centros culturais com pessoas idosas transmitindo saberes, histórias e tradições.

Resultado esperado: Valorização da memória e fortalecimento de vínculos entre gerações.

Indicador sugerido: Atividades realizadas e mestres/idosos participantes.

Implementação: Editais e programas culturais/educacionais. | **Financiamento:** Cultura, educação e fundos do idoso.

069. Casa Segura 60+

Ação: Apoiar adaptações simples de moradia de idosos vulneráveis para prevenir quedas e acidentes domésticos.

Resultado esperado: Mais segurança e permanência autônoma no domicílio.

Indicador sugerido: Moradias adaptadas e redução de quedas registradas entre beneficiários.

Implementação: Programa social com critérios técnicos e socioeconômicos. | **Financiamento:** Habitação, saúde e fundo do idoso.

070. Energia e Conforto 60+

Ação: Estruturar, após estudo técnico e fiscal, soluções de eficiência energética e conforto térmico para idosos vulneráveis, priorizando alternativas coletivas e sustentáveis.

Resultado esperado: Redução da pobreza energética e maior conforto em períodos de calor.

Indicador sugerido: Beneficiários, economia de energia e custo por família.

Implementação: Lei específica se necessária, critérios de elegibilidade e regulação do setor elétrico. | **Financiamento:** Fundos, eficiência energética, parcerias e orçamento social.

071. Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais

Ação: Coordenar ações estaduais de saúde, educação, infraestrutura, produção e proteção cultural respeitando competências federais, consulta e especificidades territoriais.

Resultado esperado: Acesso mais adequado a políticas públicas e respeito à diversidade.

Indicador sugerido: Comunidades atendidas e projetos cocriados com participação local.

Implementação: Constituição, Convenção 169/OIT quando aplicável e políticas específicas. | **Financiamento:** Recursos setoriais e cooperação federativa.

6. Infraestrutura, Logística, Mobilidade e Conectividade

Usar infraestrutura como instrumento de integração territorial, segurança viária, competitividade e acesso aos serviços, com planejamento, manutenção e transparência.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

072. Mapa Estadual da Malha Rodoviária

Ação: Realizar diagnóstico georreferenciado de pavimento, tráfego, segurança, drenagem e condição das rodovias estaduais.

Resultado esperado: Prioridades de investimento definidas por evidências.

Indicador sugerido: Percentual da malha classificada e atualizada anualmente.

Implementação: Plano rodoviário e sistema de gestão de ativos. | **Financiamento:** Ageto, Tesouro e financiamentos.

073. Estrada Boa - Conservação Permanente

Ação: Contratar e executar manutenção preventiva e corretiva por regiões, com metas de nível de serviço.

Resultado esperado: Maior vida útil das rodovias e menor custo de reconstrução.

Indicador sugerido: Quilômetros conservados e condição do pavimento.

Implementação: Lei 14.133/2021 e contratos por desempenho quando adequados. | **Financiamento:** Tesouro, FDR e financiamentos.

074. Programa Pontes Seguras

Ação: Inventariar e classificar pontes e obras de arte especiais, priorizando risco estrutural e impacto regional.

Resultado esperado: Redução de interdições e acidentes.

Indicador sugerido: Pontes inspecionadas, recuperadas e com plano de manutenção.

Implementação: Normas de engenharia e contratação pública. | **Financiamento:** Tesouro, operações de crédito e transferências.

075. TO-010 e Rio Sono

Ação: Atualizar estudos, projetos, licenças, custos e situação contratual da ligação/ponte da TO-010 na região de Rio Sono para definir solução executável.

Resultado esperado: Superação de gargalo regional com decisão tecnicamente sustentada.

Indicador sugerido: Etapas de projeto/licenciamento e execução física.

Implementação: Engenharia, licenciamento ambiental e orçamento. | **Financiamento:** Tesouro, financiamentos e transferências.

076. Corredores Produtivos

Ação: Priorizar trechos que conectem áreas produtoras, armazéns, distritos industriais e acessos à Ferrovia Norte-Sul.

Resultado esperado: Redução do custo logístico e maior competitividade.

Indicador sugerido: Tempo/custo de transporte e quilômetros qualificados.

Implementação: Plano de logística e carteira de investimentos. | **Financiamento:** FDR, Tesouro, crédito e parcerias.

077. Tocantins Multimodal

Ação: Planejar integração entre rodovias, ferrovia, aeroportos e potencial hidroviário, articulando competências federais.

Resultado esperado: Melhor aproveitamento da posição geográfica do Estado.

Indicador sugerido: Projetos multimodais estruturados e cargas movimentadas.

Implementação: Cooperação interfederativa e estudos de viabilidade. | **Financiamento:** União, Estado, concessões e financiamento.

078. Acessos à Ferrovia Norte-Sul

Ação: Melhorar ligações rodoviárias e apoiar estruturas logísticas nas áreas de influência dos pátios ferroviários.

Resultado esperado: Maior uso da ferrovia por cadeias produtivas tocaninenses.

Indicador sugerido: Acessos melhorados e terminais/empreendimentos viabilizados.

Implementação: Planejamento estadual e articulação com concessionárias/União. | **Financiamento:** Infraestrutura, setor privado e financiamentos.

079. Estradas do Turismo

Ação: Priorizar acessos e segurança viária para Jalapão, Cantão, Serras Gerais e outros polos, condicionados a estudos ambientais.

Resultado esperado: Turismo com acesso mais seguro e previsível durante o ano.

Indicador sugerido: Tempo de viagem, trechos qualificados e fluxo turístico.

Implementação: Licenciamento ambiental, projetos de engenharia e conservação. | **Financiamento:** Turismo, infraestrutura e parcerias.

080. Via Segura

Ação: Requalificar pontos críticos, sinalização, curvas, travessias, iluminação e ações educativas nas rodovias.

Resultado esperado: Redução de mortes e lesões no trânsito.

Indicador sugerido: Acidentes fatais e pontos críticos tratados.

Implementação: Código de Trânsito, engenharia e fiscalização. | **Financiamento:** Infraestrutura, trânsito e fundos específicos.

081. Rodovias Inteligentes

Ação: Avaliar tecnologias de pesagem em movimento, monitoramento, sensores e gestão de tráfego em corredores prioritários.

Resultado esperado: Menor deterioração por sobrepeso e melhor gestão operacional.

Indicador sugerido: Trechos monitorados, infrações e custos de manutenção evitados.

Implementação: Estudos técnicos, proteção de dados e regulação. | **Financiamento:** Concessões, infraestrutura e tecnologia.

082. Conectividade no Interior

Ação: Articular expansão de fibra, 4G/5G e soluções via satélite em áreas rurais e localidades com baixa cobertura.

Resultado esperado: Mais acesso a educação, saúde digital, produção e serviços.

Indicador sugerido: Cobertura territorial e equipamentos públicos conectados.

Implementação: Cooperação com União, municípios e provedores. | **Financiamento:** Programas de conectividade e investimento privado.

083. Aeroportos e Aviação Regional

Ação: Apoiar regularização, segurança e modernização de aeroportos/aeródromos prioritários conforme demanda de turismo, saúde e negócios.

Resultado esperado: Maior integração e capacidade de receber fluxos estratégicos.

Indicador sugerido: Equipamentos regularizados e movimentos aéreos.

Implementação: ANAC, estudos de demanda e competências municipais/federais. | **Financiamento:** Infraestrutura, União, municípios e concessões.

084. Infraestrutura por PPP e Concessões

Ação: Estruturar parcerias somente quando estudos demonstrarem vantagem, modicidade, adequada alocação de riscos e capacidade de regulação.

Resultado esperado: Atração de capital privado sem transferir riscos indevidos ao Estado.

Indicador sugerido: Projetos com análise de value for money e desempenho contratual.

Implementação: Lei de PPPs, concessões e programa estadual de parcerias. | **Financiamento:** Capital privado, contraprestações previstas e receitas acessórias.

085. Paineis Públicos de Obras

Ação: Publicar cronograma, custo, empresa, aditivos, medições e percentual físico-financeiro das obras estratégicas.

Resultado esperado: Mais transparência e pressão por conclusão.

Indicador sugerido: Obras com dados atualizados e índice de atraso.

Implementação: LAI, Lei 14.133/2021 e transparência ativa. | **Financiamento:** Custeio de gestão e TI.

7. Habitação, Regularização Fundiária, Saneamento e Cidades

Promover moradia digna e cidades mais estruturadas, integrando habitação, documentação, água, esgoto, drenagem e acessibilidade.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

086. Morar Tocantins

Ação: Criar carteira estadual de habitação baseada em déficit atualizado, terrenos aptos e fontes de financiamento, evitando metas numéricas sem suporte técnico.

Resultado esperado: Mais famílias atendidas com moradia adequada e infraestrutura.

Indicador sugerido: Unidades contratadas/concluídas e famílias beneficiadas.

Implementação: Programas habitacionais, seleção transparente e planejamento urbano. | **Financiamento:** Estado, União, municípios, FGTS/financiamentos e setor privado.

087. Banco de Terrenos Urbanizados

Ação: Mapear áreas públicas aptas e bem localizadas para habitação, priorizando acesso a serviços e transporte.

Resultado esperado: Redução do custo e melhor localização dos empreendimentos.

Indicador sugerido: Terrenos regularizados e projetos viabilizados.

Implementação: Patrimônio público, planejamento urbano e legislação fundiária. | **Financiamento:** Patrimônio estadual e cooperação municipal.

088. Moradia Acessível e Eficiente

Ação: Adotar padrões de acessibilidade, conforto térmico, eficiência energética e infraestrutura digital nas novas unidades apoiadas pelo Estado.

Resultado esperado: Habitações mais adequadas ao clima e às necessidades das famílias.

Indicador sugerido: Unidades com padrões de acessibilidade/eficiência.

Implementação: Normas técnicas e legislação de acessibilidade. | **Financiamento:** Programas habitacionais e eficiência energética.

089. Reforma e Melhoria Habitacional

Ação: Apoiar melhorias em casas inadequadas de famílias vulneráveis, com foco em banheiro, cobertura, instalações e segurança.

Resultado esperado: Redução de inadequações graves sem necessidade de substituição total da moradia.

Indicador sugerido: Moradias melhoradas e itens de inadequação corrigidos.

Implementação: Programa social, critérios de seleção e assistência técnica. | **Financiamento:** Habitação, fundos e parcerias.

090. Regulariza Tocantins

Ação: Ampliar apoio técnico e georreferenciamento para REURB, integrando municípios, cartórios e órgãos de Justiça.

Resultado esperado: Segurança jurídica e acesso a crédito e serviços urbanos.

Indicador sugerido: Títulos registrados e núcleos regularizados.

Implementação: Lei 13.465/2017 e legislação estadual. | **Financiamento:** Habitação/fundiário, municípios e convênios.

091. Escritório de REURB para Pequenos Municípios

Ação: Disponibilizar equipe técnica volante de topografia, urbanismo e jurídico para prefeituras com baixa capacidade.

Resultado esperado: Aceleração da regularização em cidades pequenas.

Indicador sugerido: Municípios atendidos e processos concluídos.

Implementação: Cooperação técnica e legislação da REURB. | **Financiamento:** Estado, municípios e emendas.

092. Plano Estadual de Saneamento

Ação: Atualizar diagnóstico e metas de água, esgoto, drenagem e resíduos, em consonância com o marco legal e regionalização.

Resultado esperado: Prioridades claras para universalização progressiva.

Indicador sugerido: Cobertura de água/esgoto e projetos estruturados.

Implementação: Marco Legal do Saneamento e regulação. | **Financiamento:** Tarifas, União, financiamentos e PPPs quando viáveis.

093. Carteira de Esgotamento Sanitário

Ação: Estruturar projetos de coleta e tratamento para municípios sem cobertura adequada, buscando escala regional.

Resultado esperado: Ampliação do saneamento e proteção dos rios.

Indicador sugerido: População atendida e volume tratado.

Implementação: Planos municipais/regionais e licenciamento. | **Financiamento:** União, financiamentos, prestadores e parcerias.

094. Pavimentação, Drenagem e Acessibilidade em Cooperação

Ação: Apoiar municípios em obras urbanas com projetos técnicos, critérios públicos de prioridade e contrapartidas adequadas.

Resultado esperado: Melhoria da mobilidade e redução de alagamentos.

Indicador sugerido: Vias qualificadas e pontos de alagamento tratados.

Implementação: Convênios, transferências e Lei 14.133/2021. | **Financiamento:** Tesouro, emendas e municípios.

095. Cidades Resilientes

Ação: Apoiar mapeamento de risco, drenagem, arborização, ilhas de calor e adaptação climática no planejamento urbano.

Resultado esperado: Menor vulnerabilidade a eventos extremos.

Indicador sugerido: Municípios com planos e áreas de risco tratadas.

Implementação: Defesa civil, meio ambiente e planejamento urbano. | **Financiamento:** Fundos climáticos, infraestrutura e cooperação.

8. Desenvolvimento Econômico, Emprego, Indústria, Tributação e Energia

Criar um ambiente de negócios previsível e transformar a produção tocaninense em emprego, renda, inovação e maior valor agregado dentro do Estado.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

096. Invista Tocantins

Ação: Criar atendimento profissional ao investidor com informações, áreas, incentivos legais, licenciamento e acompanhamento de projetos.

Resultado esperado: Mais investimentos produtivos com transparência e contrapartidas.

Indicador sugerido: Investimentos anunciados/implementados e empregos gerados.

Implementação: Política de desenvolvimento econômico e governança de incentivos. | **Financiamento:** Orçamento de desenvolvimento e parcerias.

097. Tocantins Transforma

Ação: Atrair e apoiar indústrias de processamento de grãos, carnes, leite, frutas, pescado, madeira legal e bioeconomia.

Resultado esperado: Mais valor agregado e empregos qualificados no Estado.

Indicador sugerido: Valor da transformação industrial e empregos industriais.

Implementação: Incentivos condicionados, licenciamento e desenvolvimento regional. | **Financiamento:** Crédito, incentivos legais e investimento privado.

098. Distritos Industriais Modernos

Ação: Requalificar áreas industriais com energia, água, saneamento, acesso rodoviário e conectividade conforme vocação regional.

Resultado esperado: Maior competitividade e capacidade de receber novas empresas.

Indicador sugerido: Áreas qualificadas e ocupação dos distritos.

Implementação: Projetos de infraestrutura e gestão patrimonial. | **Financiamento:** Estado, municípios, concessionárias e privado.

099. Fornecedor Tocantinense

Ação: Capacitar empresas locais para compras públicas e cadeias privadas, sem criar preferência ilegal por sede ou domicílio.

Resultado esperado: Mais empresas aptas a disputar mercados em igualdade de condições.

Indicador sugerido: Empresas capacitadas e contratos conquistados.

Implementação: LC 123/2006, Lei 14.133/2021 e desenvolvimento de fornecedores. | **Financiamento:** Desenvolvimento, Sebrae e parcerias.

100. Pequeno Negócio Forte

Ação: Simplificar serviços, ampliar orientação, digitalização, crédito e acesso a mercado para MEIs e MPes.

Resultado esperado: Mais sobrevivência empresarial, formalização e geração de renda.

Indicador sugerido: Empresas formalizadas, crédito e taxa de sobrevivência.

Implementação: Liberdade econômica, Redesim e LC 123/2006. | **Financiamento:** Fomento, Sebrae e instituições financeiras.

101. Primeiro Emprego Tocantins

Ação: Estimular contratação de jovens pelo setor privado e ampliar aprendizagem/estágio legal, com qualificação orientada à demanda.

Resultado esperado: Mais oportunidades formais para jovens.

Indicador sugerido: Jovens contratados e permanência após 12 meses.

Implementação: Aprendizagem, estágio e incentivos legalmente estruturados. | **Financiamento:** Trabalho, educação e setor privado.

102. Escola do Trabalhador por Vocação Regional

Ação: Ofertar cursos curtos e técnicos em regiões com demanda comprovada por mão de obra.

Resultado esperado: Qualificação com maior chance de inserção profissional.

Indicador sugerido: Conclusões de curso e colocação no emprego.

Implementação: SINE, Sistema S e parcerias educacionais. | **Financiamento:** Trabalho, educação e recursos federais.

103. Piso Salarial Regional - Estudo e Diálogo

Ação: Avaliar, com trabalhadores e empregadores, a instituição de piso regional apenas para categorias permitidas pela LC 103/2000, mediante estudo e lei.

Resultado esperado: Proteção salarial juridicamente válida sem prometer salário mínimo estadual universal.

Indicador sugerido: Estudo concluído, diálogo social e eventual projeto de lei.

Implementação: LC 103/2000, iniciativa do Executivo e análise de impacto. | **Financiamento:** Sem custo direto obrigatório; efeitos econômicos monitorados.

104. Política Tributária Responsável

Ação: Revisar procedimentos, obrigações e benefícios para simplificar e aumentar previsibilidade, condicionando renúncias a impacto e compensações legais.

Resultado esperado: Ambiente tributário mais claro sem comprometer serviços públicos.

Indicador sugerido: Tempo de processos, contencioso e renúncia avaliada por resultado.

Implementação: LRF, legislação tributária e reforma tributária. | **Financiamento:** Gestão fiscal.

105. Transição para o IBS

Ação: Preparar administração tributária, sistemas e contribuintes para a transição do ICMS ao IBS durante o mandato.

Resultado esperado: Menor custo de adaptação e risco fiscal para o Estado e empresas.

Indicador sugerido: Sistemas adaptados, capacitações e cumprimento de marcos nacionais.

Implementação: EC 132/2023, LC 214/2025 e LC 227/2026. | **Financiamento:** Sefaz e projetos de modernização fiscal.

106. IPVA com Estudo de Impacto

Ação: Avaliar alíquotas, benefícios e regras somente com estudo de arrecadação, efeitos sobre municípios e educação, justiça distributiva e LRF.

Resultado esperado: Decisões tributárias responsáveis e transparentes.

Indicador sugerido: Estudos publicados e resultados de eventual alteração.

Implementação: Constituição, legislação estadual e LRF. | **Financiamento:** Gestão tributária.

107. Energia Competitiva para Produzir

Ação: Atuar nas competências estaduais para eficiência, geração distribuída, atração de projetos e redução de custos sistêmicos, sem prometer controle unilateral da tarifa.

Resultado esperado: Maior competitividade para empresas e produtores.

Indicador sugerido: Capacidade renovável, projetos de eficiência e custo energético de ativos públicos.

Implementação: Regulação federal do setor elétrico e competências estaduais. | **Financiamento:** Investimento privado, eficiência e linhas de crédito.

108. Economia Digital e Startups

Ação: Fortalecer incubadoras, Parque Tecnológico, inovação aberta, capital semente e compras públicas de inovação.

Resultado esperado: Mais empresas tecnológicas e soluções desenvolvidas no Tocantins.

Indicador sugerido: Startups apoiadas, empregos e soluções contratadas.

Implementação: Marco Legal de Startups, CT&I e Lei 14.133/2021. | **Financiamento:** FAPT, fundos de inovação e privado.

109. Mineração com Valor Local

Ação: Estruturar política para informação geológica, licenciamento eficiente, fornecedores locais, beneficiamento e transparência da CFEM, respeitando competência da ANM.

Resultado esperado: Mais valor agregado e desenvolvimento dos municípios mineradores.

Indicador sugerido: Empregos, beneficiamento local e aplicação transparente da CFEM.

Implementação: Código de Mineração, ANM, legislação ambiental e competências estaduais. | **Financiamento:** Investimento privado, CFEM e infraestrutura.

9. Agronegócio, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural

Consolidar a força agropecuária do Tocantins com mais tecnologia, agroindustrialização, sanidade, armazenagem, segurança hídrica e inclusão produtiva.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

110. Agro Tocantins 4.0

Ação: Integrar agricultura de precisão, conectividade, drones, sensoriamento remoto e dados climáticos em extensão rural e capacitação.

Resultado esperado: Mais produtividade com uso eficiente de insumos.

Indicador sugerido: Produtores atendidos e adoção de tecnologias.

Implementação: Assistência técnica, CT&I e normas de aviação/uso de dados. | **Financiamento:** Seagro, Ruraltins, FAPT e crédito rural.

111. Tocantins Agroindustrial

Ação: Atrair e apoiar esmagadoras, fábricas de ração, óleos, biocombustíveis, frigoríficos, laticínios e beneficiamento de frutas.

Resultado esperado: Maior retenção de valor da produção no Estado.

Indicador sugerido: Capacidade industrial instalada e empregos gerados.

Implementação: Política de incentivos, licenciamento e desenvolvimento industrial. | **Financiamento:** Investimento privado, FNO/Basa/BNDES e incentivos legais.

112. Armazena Tocantins

Ação: Apoiar expansão de silos e armazenagem individual, cooperativa ou condominial em regiões com déficit.

Resultado esperado: Menor perda, mais poder de negociação e melhor logística de safra.

Indicador sugerido: Nova capacidade estática de armazenagem.

Implementação: Crédito rural, licenciamento e cooperativismo. | **Financiamento:** FNO, bancos e investimento privado.

113. Agricultura Familiar Forte

Ação: Ampliar assistência técnica, mecanização compartilhada, irrigação de pequeno porte, crédito e acesso a mercados.

Resultado esperado: Mais renda e permanência produtiva das famílias rurais.

Indicador sugerido: Famílias atendidas, produtividade e renda dos empreendimentos.

Implementação: Pronaf, ATER e políticas estaduais. | **Financiamento:** Ruraltins, FNO, União e Estado.

114. Compra Tocantins da Agricultura Familiar

Ação: Ampliar compras públicas legalmente permitidas para escolas, hospitais e programas sociais, com planejamento de demanda.

Resultado esperado: Mercado estável para produtores e alimentação de qualidade.

Indicador sugerido: Valor adquirido da agricultura familiar e produtores fornecedores.

Implementação: PNAE, PAA e legislação de compras aplicável. | **Financiamento:** Educação, saúde, assistência e programas federais.

115. Coopera Tocantins

Ação: Fortalecer cooperativas e associações com formação em gestão, governança, certificação e estrutura comercial.

Resultado esperado: Ganho de escala e acesso a crédito/mercados.

Indicador sugerido: Cooperativas apoiadas e faturamento dos grupos atendidos.

Implementação: Cooperativismo, assistência técnica e editais. | **Financiamento:** Fomento, Seagro e parcerias.

116. Ruraltins Presente

Ação: Reforçar presença territorial, equipes, ferramentas digitais e calendário de atendimento aos pequenos produtores.

Resultado esperado: Assistência técnica mais contínua e orientada a resultados.

Indicador sugerido: Produtores atendidos e cobertura territorial.

Implementação: Política estadual de ATER e planejamento de pessoal. | **Financiamento:** Tesouro, convênios e programas federais.

117. Defesa Agropecuária de Excelência

Ação: Modernizar Adapec, vigilância, laboratórios, trânsito agropecuário e resposta a emergências sanitárias.

Resultado esperado: Manutenção de mercados e proteção do patrimônio produtivo.

Indicador sugerido: Status sanitários, tempo de resposta e fiscalizações baseadas em risco.

Implementação: Legislação sanitária federal/estadual. | **Financiamento:** Tesouro, taxas e programas federais.

118. Rastreia Tocantins

Ação: Expandir rastreabilidade e certificação para cadeias estratégicas, adequando o produtor a mercados exigentes.

Resultado esperado: Maior segurança sanitária e acesso a mercados de maior valor.

Indicador sugerido: Animais/produtos rastreados e mercados habilitados.

Implementação: Regras sanitárias e de rastreabilidade. | **Financiamento:** Produtores, Estado e projetos de mercado.

119. Bioinsumos com Segurança

Ação: Fomentar pesquisa, capacitação e uso regular de bioinsumos, observando legislação federal, biossegurança e assistência técnica.

Resultado esperado: Redução de custos e impactos ambientais quando tecnicamente adequada.

Indicador sugerido: Produtores capacitados e área com práticas validadas.

Implementação: Marco federal de bioinsumos e normas agrônomicas. | **Financiamento:** Pesquisa, crédito e setor privado.

120. Irrigação Inteligente e Segurança Hídrica

Ação: Apoiar eficiência de irrigação, reserva legal, monitoramento e tecnologias de economia de água.

Resultado esperado: Maior estabilidade produtiva com proteção dos recursos hídricos.

Indicador sugerido: Eficiência hídrica e projetos licenciados.

Implementação: Outorga, licenciamento e planos de bacia. | **Financiamento:** Crédito rural e investimento privado.

121. Seguro e Gestão de Risco Rural

Ação: Articular seguro rural, instrumentos paramétricos e informação climática para reduzir exposição a eventos extremos.

Resultado esperado: Mais proteção financeira ao produtor.

Indicador sugerido: Área segura e produtores cobertos.

Implementação: Regulação de seguros e programas de subvenção. | **Financiamento:** União, seguradoras e eventual apoio estadual legal.

122. Piscicultura e Aquicultura

Ação: Simplificar processos de baixo impacto dentro da lei, ampliar ATER, crédito, cadeia do frio e beneficiamento.

Resultado esperado: Expansão sustentável de uma cadeia com potencial regional.

Indicador sugerido: Produção, empreendimentos regularizados e unidades de beneficiamento.

Implementação: Licenciamento, sanidade e legislação aquícola. | **Financiamento:** FNO, crédito, Estado e privado.

123. Regularização Fundiária Rural e Segurança Jurídica

Ação: Aprimorar cadastros, georreferenciamento e atuação estadual em terras sob sua competência, articulando órgãos federais quando necessário.

Resultado esperado: Mais segurança para investimento e acesso a crédito.

Indicador sugerido: Títulos/processos concluídos e tempo de regularização.

Implementação: Legislação fundiária e competências federativas. | **Financiamento:** Itertins e cooperação institucional.

10. Meio Ambiente, Água, Clima e Proteção Animal

Fazer do patrimônio natural um ativo de desenvolvimento sustentável, com gestão ambiental eficiente, segurança hídrica, prevenção de incêndios e proteção da fauna.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

124. Naturatins Moderno

Ação: Fortalecer sistemas digitais, estrutura técnica, fiscalização e planejamento de pessoal, com concurso quando estudo demonstrar necessidade e viabilidade.

Resultado esperado: Mais eficiência e segurança jurídica na gestão ambiental.

Indicador sugerido: Tempo de análise, fiscalizações por risco e capacidade técnica.

Implementação: Legislação ambiental, concurso público e LRF. | **Financiamento:** Taxas ambientais, Tesouro e projetos.

125. Licenciamento Ambiental Eficiente e Seguro

Ação: Padronizar fluxos, digitalizar processos e publicar indicadores, sem flexibilizar exigências materiais de proteção ambiental.

Resultado esperado: Menor incerteza e decisões mais consistentes.

Indicador sugerido: Tempo mediano de análise e estoque de processos.

Implementação: Licenciamento ambiental e competências legais. | **Financiamento:** Naturatins e modernização digital.

126. Planos de Manejo e Uso Sustentável

Ação: Concluir, revisar e implementar planos de manejo de unidades estaduais, conciliando conservação, pesquisa e turismo.

Resultado esperado: Regras claras para proteção e uso responsável.

Indicador sugerido: Unidades com plano atualizado e ações executadas.

Implementação: SNUC e legislação estadual. | **Financiamento:** Meio ambiente, fundos e turismo.

127. Água para o Futuro

Ação: Implantar programa permanente de proteção de nascentes, recuperação de bacias e monitoramento hídrico.

Resultado esperado: Maior segurança hídrica para cidades e produção.

Indicador sugerido: Nascentes/bacias recuperadas e séries de monitoramento.

Implementação: Política de recursos hídricos e comitês de bacia. | **Financiamento:** Fundos ambientais, PSA e parcerias.

128. Produtor de Água

Ação: Expandir pagamento por serviços ambientais para produtores que comprovem conservação ou recuperação em áreas prioritárias.

Resultado esperado: Alinhar renda rural e proteção ambiental.

Indicador sugerido: Hectares protegidos/recuperados e contratos de PSA.

Implementação: Lei de PSA e regulamentação estadual. | **Financiamento:** Fundos ambientais, compensações e parcerias.

129. Prevenção e Combate a Incêndios

Ação: Integrar brigadas, Bombeiros, Defesa Civil, municípios e comunidades com monitoramento e manejo integrado do fogo.

Resultado esperado: Menor área queimada e resposta mais rápida.

Indicador sugerido: Tempo de resposta, área afetada e brigadas capacitadas.

Implementação: Política de manejo do fogo e defesa civil. | **Financiamento:** Meio ambiente, segurança e fundos climáticos.

130. Cerrado Vivo e Recuperação de Áreas Degradadas

Ação: Priorizar restauração ecológica, corredores de biodiversidade e recuperação de áreas críticas.

Resultado esperado: Proteção de solo, água e biodiversidade.

Indicador sugerido: Hectares em restauração e áreas prioritárias atendidas.

Implementação: Código Florestal, planos de recuperação e licenciamento. | **Financiamento:** Fundos ambientais e compensações.

131. Lixão Zero e Economia Circular

Ação: Apoiar soluções regionais, triagem, reciclagem, logística reversa e inclusão socioprodutiva de catadores.

Resultado esperado: Destinação mais adequada e geração de renda com reciclagem.

Indicador sugerido: Municípios com solução adequada e taxa de recuperação de resíduos.

Implementação: Política Nacional de Resíduos Sólidos e consórcios. | **Financiamento:** Municípios, Estado, logística reversa e financiamentos.

132. Energia Solar Social

Ação: Estruturar projetos de geração compartilhada e eficiência energética para públicos vulneráveis, respeitando regulação e estudos de custo-benefício.

Resultado esperado: Redução de pobreza energética sem promessa incompatível com a tarifa regulada.

Indicador sugerido: Famílias atendidas e economia média de energia.

Implementação: Regulação elétrica, contratos e critérios sociais. | **Financiamento:** Eficiência energética, PPPs/privado e fundos sociais.

133. Tocantins Amigo dos Animais

Ação: Apoiar municípios e organizações em castração, vacinação, microchipagem, adoção, atendimento e combate aos maus-tratos.

Resultado esperado: Menor abandono e melhoria da saúde única.

Indicador sugerido: Animais castrados/vacinados e denúncias atendidas.

Implementação: Legislação de proteção animal, saúde pública e convênios. | **Financiamento:** Meio ambiente, saúde, municípios e parcerias.

11. Desenvolvimento Regional e Redução das Desigualdades

Territorializar investimentos e serviços para que municípios pequenos e regiões distantes tenham acesso real às oportunidades de desenvolvimento.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

134. Regiões Estratégicas de Desenvolvimento

Ação: Organizar planejamento por regiões e cidades-polo, integrando saúde, educação, infraestrutura, produção e turismo.

Resultado esperado: Políticas adaptadas às diferenças do território.

Indicador sugerido: Planos regionais publicados e investimentos territorializados.

Implementação: Planejamento estadual e participação regional. | **Financiamento:** PPA, orçamento e parcerias.

135. Índice de Prioridade Regional

Ação: Criar metodologia transparente que considere vulnerabilidade, distância, infraestrutura e impacto para orientar investimentos discricionários.

Resultado esperado: Mais equilíbrio na distribuição de recursos.

Indicador sugerido: Percentual do investimento orientado por critérios públicos.

Implementação: Planejamento e orçamento, respeitando vinculações legais. | **Financiamento:** Recursos de investimento.

136. Fábrica de Projetos Municipal

Ação: Apoiar municípios pequenos na elaboração de projetos de engenharia, saneamento, habitação e equipamentos públicos.

Resultado esperado: Mais acesso a recursos que exigem projetos maduros.

Indicador sugerido: Projetos entregues e recursos captados pelos municípios.

Implementação: Cooperação técnica e Escritório de Projetos. | **Financiamento:** Estado, convênios e emendas.

137. Consórcios que Funcionam

Ação: Apoiar governança e estruturação de consórcios para resíduos, saúde, máquinas, estradas e serviços compartilhados.

Resultado esperado: Economia de escala e maior capacidade de pequenos municípios.

Indicador sugerido: Consórcios apoiados e serviços compartilhados.

Implementação: Lei 11.107/2005 e legislação de consórcios. | **Financiamento:** Municípios, Estado e transferências.

138. Pátios Regionais de Máquinas

Ação: Estruturar soluções consorciadas para manutenção de estradas vicinais e apoio emergencial, com regras claras de uso.

Resultado esperado: Melhoria da trafegabilidade rural com menor ociosidade de equipamentos.

Indicador sugerido: Quilômetros atendidos e disponibilidade de máquinas.

Implementação: Consórcios, convênios e controle patrimonial. | **Financiamento:** Estado, municípios e emendas.

139. Polos Regionais de Serviços

Ação: Planejar serviços especializados estaduais em cidades-polo para reduzir deslocamentos da população.

Resultado esperado: Acesso regional a saúde, cidadania e serviços administrativos.

Indicador sugerido: Serviços regionalizados e deslocamentos evitados.

Implementação: Planejamento setorial e cooperação municipal. | **Financiamento:** Orçamento das secretarias.

140. Observatório do Desenvolvimento Regional

Ação: Publicar indicadores econômicos, sociais e de execução do investimento por região e município.

Resultado esperado: Decisão pública mais baseada em evidências e accountability regional.

Indicador sugerido: Painéis atualizados e indicadores territoriais disponíveis.

Implementação: Dados abertos e cooperação com universidades. | **Financiamento:** Planejamento e tecnologia.

141. Arranjos Produtivos Locais

Ação: Apoiar cadeias com vocação territorial, como artesanato, frutas, leite, turismo, pesca, bioeconomia e serviços.

Resultado esperado: Renda e emprego gerados mais perto de onde as pessoas vivem.

Indicador sugerido: APLs apoiados, empresas/produtores e faturamento.

Implementação: Desenvolvimento regional, cooperativismo e fomento. | **Financiamento:** Fomento, Sebrae, crédito e municípios.

12. Cultura, Turismo, Esporte, Comunicação e Economia Criativa

Valorizar a identidade tocantinense e transformar cultura, turismo, esporte e comunicação em desenvolvimento, bem-estar, inclusão e oportunidades.

Diretriz de execução: cada proposta deverá ser compatibilizada com os instrumentos de planejamento e orçamento, a capacidade fiscal, as competências legais e os estudos técnicos exigíveis.

142. Tocantins Cultural e Criativo

Ação: Manter editais, circuitos e programas de formação para música, teatro, dança, literatura, audiovisual, design e artesanato.

Resultado esperado: Maior circulação da produção cultural e geração de renda criativa.

Indicador sugerido: Projetos apoiados, público e empregos da economia criativa.

Implementação: Sistema de cultura, editais e legislação de fomento. | **Financiamento:** Fundo cultural, leis de incentivo e transferências.

143. Artista da Terra com Transparência

Ação: Valorizar artistas regionais por editais, programação e fomento, e realizar contratações artísticas com justificativa de preço e transparência de custos.

Resultado esperado: Mais oportunidades locais e contratações juridicamente seguras.

Indicador sugerido: Participação regional em eventos e dados de contratação publicados.

Implementação: Lei 14.133/2021, especialmente regras de inexigibilidade e transparência. | **Financiamento:** Cultura e turismo.

144. Patrimônio Vivo do Tocantins

Ação: Inventariar e apoiar salvaguarda de patrimônio material e imaterial, mestres da cultura, festas e tradições.

Resultado esperado: Preservação da memória e identidade das comunidades.

Indicador sugerido: Bens inventariados, ações de salvaguarda e mestres apoiados.

Implementação: Legislação cultural e patrimônio. | **Financiamento:** Cultura, União e fundos.

145. Capim Dourado e Artesanato para o Mundo

Ação: Apoiar design, certificação, proteção de origem, capacitação, comércio digital e acesso a mercados.

Resultado esperado: Maior renda para artesãos e fortalecimento da marca Tocantins.

Indicador sugerido: Artesãos atendidos, vendas e mercados alcançados.

Implementação: Políticas de artesanato, patrimônio e comércio. | **Financiamento:** Cultura, turismo, Sebrae e fomento.

146. Tocantins Destino Brasil

Ação: Criar estratégia contínua de promoção de destinos, inteligência turística, qualificação e integração de roteiros.

Resultado esperado: Mais visitantes, permanência e gasto turístico distribuído nas regiões.

Indicador sugerido: Fluxo, permanência média, ocupação e gasto estimado.

Implementação: Plano de turismo, marketing público e governança do setor. | **Financiamento:** Turismo, parcerias e trade.

147. Jalapão Sustentável e Estruturado

Ação: Melhorar acesso, sinalização, saneamento, conectividade, segurança, capacitação e gestão de visitação preservando unidades e comunidades.

Resultado esperado: Turismo de maior qualidade com conservação e renda local.

Indicador sugerido: Indicadores de visitação, infraestrutura e benefícios às comunidades.

Implementação: Planos de manejo, licenciamento e turismo sustentável. | **Financiamento:** Turismo, meio ambiente, infraestrutura e privado.

148. Rotas do Tocantins

Ação: Estruturar Cantão, Serras Gerais, Ilha do Bananal, Bico do Papagaio, rios, turismo religioso, gastronômico, pesca e aventura.

Resultado esperado: Diversificação do turismo e redução da concentração em poucos destinos.

Indicador sugerido: Rotas estruturadas e empreendimentos formalizados.

Implementação: Planejamento turístico e ambiental. | **Financiamento:** Turismo, municípios e parcerias.

149. Projeto Serra-Lago de Palmas - Estudo de Viabilidade

Ação: Realizar estudos de demanda, engenharia, impacto ambiental, modelagem e viabilidade para avaliar ligação turística por teleférico, sem assumir obra antes da análise.

Resultado esperado: Decisão responsável sobre um possível novo atrativo da capital.

Indicador sugerido: Estudos concluídos e decisão pública fundamentada.

Implementação: Licenciamento, concessões/PPP e competências urbanísticas. | **Financiamento:** Estudos públicos e eventual capital privado.

150. Tocantins Ativo, Paradesporto e Esporte Seguro

Ação: Ampliar escolinhas, Bolsa Atleta, jogos, paradesporto e espaços para modalidades tradicionais e radicais; wheeling somente em ambiente controlado e fora de vias públicas.

Resultado esperado: Mais atividade física, inclusão e formação esportiva com segurança.

Indicador sugerido: Participantes, atletas apoiados, equipamentos ativos e eventos realizados.

Implementação: Política de esporte, trânsito e segurança. | **Financiamento:** Esporte, educação, municípios e patrocínios legais.

20 Entregas Prioritárias do Mandato

Para facilitar o acompanhamento público, vinte entregas serão tratadas como marcos estruturantes. As metas quantitativas finais serão consolidadas com linha de base oficial e programação orçamentária no início do mandato.

1. Painel público de metas, obras e execução do Plano de Governo.
2. Escritório Estadual de Projetos apoiando secretarias e municípios.
3. Diagnóstico georreferenciado de 100% da malha rodoviária estadual.
4. Inventário técnico das pontes e obras de arte especiais prioritárias.
5. Sistema transparente de acompanhamento das filas de saúde.
6. Programa permanente de redução de cirurgias e procedimentos represados.
7. Expansão da regionalização da saúde e da telessaúde.
8. Rede de formação técnica alinhada às vocações regionais.
9. Conectividade adequada e política de educação digital nas escolas estaduais.
10. Sistema de busca ativa e prevenção da evasão escolar.
11. Política estruturada de atração de agroindústrias e indústrias de transformação.
12. Programa Fornecedor Tocantinense sem preferências ilegais em licitações.
13. Programa estadual de regularização fundiária urbana em cooperação com municípios.
14. Carteira estadual de habitação baseada em déficit, terrenos e fontes de recursos.
15. Plano de saneamento e carteira de projetos de esgotamento sanitário.
16. Rede Tocantins 60+ com convivência, proteção digital, cuidado e envelhecimento ativo.
17. Integração da rede de proteção à mulher e grupos vulneráveis.
18. Modernização do licenciamento e da gestão ambiental com transparência.
19. Planejamento regional de investimentos com critérios públicos.
20. Portal/aplicativo único de serviços públicos em expansão contínua.

Agenda dos Primeiros 100 Dias

Diagnóstico fiscal e administrativo

Levantar caixa, dívida, restos a pagar, contratos, pessoal, previdência, convênios, obras e riscos fiscais.

Diagnóstico das obras

Classificar obras em execução, paralisadas ou com pendências, indicando custo e decisão necessária.

Mapa das filas de saúde

Consolidar a demanda reprimida por especialidade, região e tempo de espera, preservando dados pessoais.

Plano emergencial de redução de filas

Definir capacidade pública, contratualização complementar e metas iniciais.

Diagnóstico rodoviário e de pontes

Iniciar inspeção e classificação por risco e impacto regional.

Pacto Municipalista

Reunir prefeitos e consórcios para pactuar projetos prioritários e formas de cooperação.

Escritório Estadual de Projetos

Instituir governança, equipe e carteira inicial de projetos estruturantes.

Painel de Metas

Publicar a primeira versão do sistema de acompanhamento do Plano.

Comitê de Transição Tributária

Preparar Sefaz e contribuintes para marcos do IBS e transição do ICMS.

Revisão de benefícios e incentivos

Mapear incentivos fiscais e econômicos, resultados, prazos e contrapartidas.

Plano de Governo Digital

Priorizar serviços de maior demanda para digitalização e integração.

Plano de regionalização

Definir regiões de referência e indicadores que orientarão investimentos.

Plano de pessoal

Mapear vacâncias e déficits críticos antes de decisões sobre concursos e contratações.

Agenda de educação

Compatibilizar prioridades estaduais com o PNE 2026 e planejar adequações do Plano Estadual de Educação.

Programa Integridade

Revisar controles de contratos, riscos e transparência das grandes despesas.

Estratégia de Financiamento

A execução do Plano deverá combinar fontes compatíveis com cada política e evitar a concentração de grandes investimentos exclusivamente no Tesouro Estadual. A escolha de fontes será precedida de análise de custo, risco, contrapartida e sustentabilidade fiscal.

Tesouro Estadual: Custeio e investimentos próprios, dentro das prioridades do PPA, LDO e LOA.

Transferências e fundos federais: SUS, Fundeb, FNDE, SUAS, segurança, defesa civil, infraestrutura e programas setoriais.

Emendas parlamentares: Recursos estaduais e federais direcionados a projetos tecnicamente maduros.

Bancos públicos e fundos constitucionais: BNDES, Banco da Amazônia/FNO, Caixa, Banco do Brasil e outros instrumentos adequados.

Operações de crédito: Somente com capacidade de pagamento, autorização e respeito aos limites fiscais.

Organismos multilaterais: BID, Banco Mundial e outras instituições para projetos estruturantes com requisitos de governança.

PPPs e concessões: Quando estudos demonstrarem vantagem para o interesse público, adequada repartição de riscos e capacidade regulatória.

Investimento privado: Atração de indústrias, energia, logística, turismo e tecnologia mediante segurança jurídica e ambiente de negócios.

Fundos temáticos e doações legais: Fundos de direitos, meio ambiente, cultura, inovação e outras fontes vinculadas, conforme legislação.

Sistema de Monitoramento e Prestação de Contas

Cada compromisso prioritário deverá possuir uma linha de base e um indicador verificável. Quando uma meta quantitativa não puder ser definida com segurança antes da posse, o Plano prevê a publicação da linha de base e da meta técnica após diagnóstico, evitando números arbitrários ou fiscalmente irresponsáveis.

- Programa e órgão responsável
- Problema e linha de base
- Meta anual e meta de mandato
- Indicador e fonte de dados
- Cronograma e marcos
- Custo estimado
- Fonte de financiamento
- Instrumento jurídico necessário
- Riscos e medidas de mitigação
- Situação de execução e justificativa de eventual atraso

A prestação de contas do Plano deverá ocorrer, no mínimo, por relatório anual público, com atualização mais frequente dos indicadores estratégicos sempre que tecnicamente possível.

Matriz de Conformidade Jurídica do Programa

A redação das propostas adota salvaguardas para evitar promessas incompatíveis com a competência estadual ou com as regras fiscais. Os principais pontos de atenção são:

Tema	Salvaguarda adotada
Piso salarial	Não se promete salário mínimo estadual universal. Eventual piso regional dependerá da LC 103/2000, diálogo, estudo e lei de iniciativa do Executivo.
ICMS, IPVA e incentivos	Qualquer redução ou benefício dependerá de legislação própria, impacto fiscal, LRF e das regras da Reforma Tributária.
Tarifa de energia	O Estado não fixa unilateralmente tarifa elétrica; atuará em eficiência, geração, tributação legal e articulação regulatória.
Compras locais	Não haverá reserva por naturalidade, sede ou domicílio; serão utilizados instrumentos legais para ME/EPP, agricultura familiar e capacitação de fornecedores.
Contratação de artistas	Será observada a Lei 14.133/2021, inclusive requisitos de inexigibilidade, justificativa de preço e transparência dos custos.
Jovem aprendiz no governo	Estágio e aprendizagem somente dentro das modalidades legais, com seleção impessoal e regras próprias.
Prêmios a servidores/professores	Exigem regulamentação, critérios objetivos, dotação e compatibilidade com princípios administrativos.
Obras estruturantes	Projetos, licenciamento, desapropriações, orçamento e estudos de viabilidade serão prévios à contratação.
PPPs e concessões	Dependem de estudos de viabilidade, análise fiscal, consulta, regulação e repartição adequada de riscos.
Criação de órgãos e cargos	Somente por instrumento legal adequado e após análise de necessidade e impacto.
Concursos	Serão baseados em déficit, planejamento de pessoal, autorização e limites da LRF.
Dados e IA	Uso condicionado à LGPD, segurança, finalidade pública, supervisão e governança.
Povos indígenas e territórios	A atuação estadual respeitará competências da União e consulta/participação quando juridicamente exigíveis.
Mineração	A política estadual atuará em desenvolvimento, ambiente e infraestrutura sem invadir competências da ANM/União.
Rodovias federais e ferrovia	Compromissos dependentes da União serão tratados como articulação e cooperação interfederativa, não como decisão unilateral estadual.

Referências Institucionais e Legais

Fontes oficiais utilizadas para enquadramento jurídico, planejamento e diagnóstico. Os links abaixo servem como base de consulta da equipe técnica e devem ser conferidos novamente antes do protocolo final, caso haja alteração normativa superveniente.

Constituição Federal de 1988: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Constituição do Estado do Tocantins - texto atualizado até a EC 60/2026:

https://www.al.to.leg.br/arquivos/documento_68367.PDF

Lei nº 9.504/1997 - Lei das Eleições, art. 11, §1º, IX: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm

Resolução TSE nº 23.760/2026 - Calendário Eleitoral 2026: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2026/resolucao-no-23-760-de-2-de-marco-de-2026>

Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

Lei nº 14.133/2021 - Licitações e Contratos: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm

Lei Complementar nº 103/2000 - Piso salarial regional: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp103.htm

Emenda Constitucional nº 132/2023 - Reforma Tributária:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc132.htm

Lei Complementar nº 214/2025 - IBS/CBS: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp214.htm

Lei Complementar nº 227/2026 - Comitê Gestor e transição do IBS:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp227.htm

Lei nº 15.388/2026 - Plano Nacional de Educação: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/115388.htm

Lei nº 15.437/2026 - Piso nacional do magistério: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/115437.htm

Lei nº 14.819/2024 - Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114819.htm

Lei nº 13.935/2019 - Psicologia e serviço social na educação básica: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm

PPA Tocantins 2024-2027 - Lei nº 4.373/2024, alterada pela Lei nº 4.949/2026: <https://www.to.gov.br/seplan/>

LOA Tocantins 2026 - Lei nº 4.950/2026: <https://www.to.gov.br/cge/loa-lei-orcamentaria-anual/7flc13dkp7e0>

IBGE - Tocantins | Cidades e Estados: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to.html>

IBGE - Contas Regionais / PIB 2023: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45142-pib-cresce-em-todos-os-27-estados-do-pais-em-2023>

Ministério do Trabalho e Emprego / Novo Caged - Tocantins 2025: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/numeros-do-novo-caged-em-2025/caged-em-2025/tocantins-gerou-mais-de-7-4-mil-empregos-com-carteira-assinada-em-2025>

Compromisso Final

O Tocantins precisa transformar potencial em oportunidade concreta. O compromisso deste Plano é combinar desenvolvimento econômico com serviços públicos que funcionem, proteção social, respeito aos municípios e responsabilidade com o dinheiro público.

Renovar para desenvolver significa planejar antes de prometer, executar com competência, medir resultados e prestar contas. É com esse compromisso que apresentamos ao povo tocaninense um programa de governo construído para ser compreendido, acompanhado e cobrado.

DU PEREIRA 27

GOVERNADOR - TOCANTINS